

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
MIGUEL ANGEL ALVARENGA BÁEZ

REFORMAS EDUCACIONAIS NA AMÉRICA LATINA E OS PAISES DO MERCOSUL

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

CURITIBA
AGOSTO/2009

MIGUEL ANGEL ALVARENGA BÁEZ

REFORMA EDUCACIONAL NA AMÉRICA LATINA E OS PAISES DO MERCOSUL

Monografia apresentada ao curso de
Especialização em Políticas Educacionais,
Departamento de Planejamento e Administração
Escolar, Setor de Educação, Universidade
Federal do Paraná.

Orientadora: Prof.^a Rose Meri Trojan

CURITIBA

2009

Agradeço as pessoas e instituições que possibilitaram a realização deste trabalho e, em especial à professora Rose Meri pela paciente e correta orientação.

RESUMO

O presente trabalho situa a América Latina no contexto político e econômico mundial a partir da chegada dos colonizadores europeus no continente.

O centro de sua preocupação é a análise da questão educacional nos países fundadores do bloco do MERCOSUL: Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Para tanto se reporta aos precedentes históricos, detendo-se mais nas reformas educacionais implementadas nas últimas décadas e no atual momento político vivido por esses países. A pesquisa tem como base o estudo das leis educacionais dos países em questão.

Palavras-chave: **Educação; políticas educacionais; legislação educacional.**

ABSTRACT

This task sets Latin América in the political and economic world context from the arrival of European settlers on the American continent. The main concern is education in the founding countries of the Mercosur block: Argentina, Brazil, Paraguay and Uruguay. For this, it is necessary to recover the historical precedents, especially on the educational reforms implemented in recent decades and in the current political moment experienced in these countries. The research is based on the study of educational laws of the countries concerned.

Keywords: Education, educational policies, educational legislation.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	7
2. RETROSPECTIVA HISTÓRICA DA AMÉRICA LATINA.....	9
3. A EDUCAÇÃO NOS PAÍSES DO MERCOSUL.....	15
3.1 ARGENTINA.....	15
3.1.1 CONTEXTO HISTÓRICO.....	15
3.1.2 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO SISTEMA EDUCACIONAL DA ARGENTINA.....	16
3.1.3 ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA ATUAL DO ENSINO	18
3.2 BRASIL.....	19
3.2.1 CONTEXTO HISTÓRICO.....	20
3.2.2 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO SISTEMA EDUCACIONAL DO BRASIL.....	21
3.2.3 ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA ATUAL DO ENSINO.....	22
3.3 PARAGUAI.....	24
3.3.1 CONTEXTO HISTÓRICO.....	25
3.3.2 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO SISTEMA EDUCACIONAL DO PARAGUAI.....	25
3.3.3 ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA ATUAL DO ENSINO.....	28
3.4 URUGUAI.....	29
3.4.1 CONTEXTO HISTÓRICO.....	29
3.4.2 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO SISTEMA EDUCACIONAL DO URUGUAI.....	29
3.4.3 ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA ATUAL DO ENSINO.....	31
4. AS REFORMAS EDUCACIONAIS NA AMÉRICA LATINA E O MERCOSUL.....	33
4.1 AS REFORMAS DOS ANOS 1990.....	33
4.1.1 NOVO MOMENTO POLÍTICO NO CONTINENTE.....	37
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	40
REFERÊNCIAS.	42

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo busca situar a questão educacional nos países que compõem o bloco do Mercosul, um bloco econômico criado em 1991 do qual fazem parte Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. O objetivo central da pesquisa é acompanhar o desenvolvimento do processo educativo nesses países através do tempo e como se apresenta atualmente, após um amplo processo de reformas que atingiu a quase totalidade dos países da região. Com vistas a uma maior objetividade, leva-se em conta principalmente o último marco legal de cada país, tendo em vista as recentes mudanças de suas legislações educacionais.

Acerca da Educação Comparada no âmbito da América Latina, é importante destacar que é uma realidade ainda bastante incipiente, em relação à Europa ou países da América do Norte. Os primeiros estudos de caráter sistemático e científico datam do final do século XVIII e início do século XIX, realizados por Marc-Antoine Jullien (Paris, 1775 – 1848), no período da constituição dos sistemas educacionais da Europa. A partir do século XIX, os objetivos passam a ser o aperfeiçoamento dos sistemas e o estreitamento dos vínculos entre as nações, tendo em vista a paz mundial. (BONITATIBUS, 1989)

A partir do fim da 2ª Guerra Mundial, com a criação da Organização das Nações Unidas (ONU), passa a ser grande a influência dos organismos internacionais na realização e divulgação de estudos comparados em diversos âmbitos, como também na educação. (GARRIDO, 1996).

Os estudos e trabalhos elaborados nessa perspectiva, estiveram, desde então, principalmente a cargo de organismos internacionais e regionais, como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura_ (UNESCO), a Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), a Oficina ibero-americana para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI) e também o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco Mundial. (GARRIDO, 1996).

No continente sul-americano, com a criação do MERCOSUL, houve também um impulso de integração, entre os países membros, em estudos comparativos na área educacional.

Norberto Fernandes Lamarra, Marcela Mollis e Sofia Domo assinalam sobre o tema, que, na Argentina, a Educação Comparada teve mais um caráter instrumental com respeito às práticas renovadoras e reformistas do sistema educativo dos anos

1980 e 1990, e no Brasil, por outro lado, o desenvolvimento do campo da Educação Comparada fica relegado à formação de pós-graduação na área da Pedagogia. A partir dessa constatação os autores concluem que: "O balanço regional da produção acadêmico-científica e o ensino da disciplina, portanto, é ainda deficitário. À escassa produção de investigações de educação comparada se agrega o limitado intercâmbio entre investigadores e especialistas da região" (FERNANDES LAMARRA, MOLLIS e DOMO, 2005, p. 162)

Não se coloca a pretensão de se fazer um estudo comparativo mais formal ou mesmo mais sistemático, ainda que em certa medida, isso seja praticamente inevitável, pela simples exposição dos dados e indicadores sociais e educacionais, ou pela análise das respectivas leis educacionais. No caso do Brasil, a LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação foi aprovada em 1996, a Lei do Paraguai é de 1998, a Argentina editou a sua nova Lei Educacional em 2006, e o Uruguai em 2008.

Para isso, além dos textos legais, serão utilizados dados e informações oficiais, disponíveis na internet, e referencial teórico do campo da Educação Comparada – tanto dos organismos multilaterais, como a UNESCO e a CEPAL, quanto de pesquisadores, especialmente da América Latina, como Lamarra, Mollis, (2005), Sader e Gentile (2007) e Casassus (2001)

Assim, mesmo que muito modestamente, espera-se que o presente trabalho contribua para a ampliação de estudos comparados, no importante momento histórico vivido pelo continente. Pois:

A inclusão da percepção do outro, da diferença, pode não apenas ter o efeito das determinações espaço-temporais dos processos geradores do que somos. A percepção da diferença sob o postulado da igualdade de direitos à sobrevivência, à política, à cultura, desfaz a homogeneidade pastosa da igualdade abstrata. Da relativização das posições colonizador/colonizado emerge a possibilidade de uma nova identidade na diferença. (FRANCO, 1992, p. 33)

2 RETROSPECTIVA HISTÓRICA DA AMÉRICA LATINA

A América Latina se integra no contexto europeu com as Grandes Navegações, no início da idade moderna, de decadência do feudalismo e emergência do capitalismo. Para compreender essa trajetória, toma-se como principal referência o trabalho de Lopes (1989).

No contexto europeu, entre os séculos XIV e XV, o esgotamento da exploração das terras e de minerais como a prata, o desenvolvimento das manufaturas, a Peste Negra, a Guerra dos Cem Anos, a passagem da condição dominante de servo a rendeiro, aliado às revoltas camponesas, foram fatores que contribuíram para o colapso e a mudança de sistema.

Nesse novo contexto de reorganização social, ocorre uma grande migração do campo para a cidade, que, carente de novos braços de trabalho, flexibiliza os regulamentos corporativos e emprega grandes contingentes na atividade artesanal.

A monetarização das obrigações feudais e o surgimento da produção artesanal doméstica para o mercado impulsionaram decisivamente a economia urbana do século XV. Com o crescimento das cidades, o progresso do comércio, da indústria manufatureira e do setor bancário, há uma mudança do controle das cidades pelos feudos para as oligarquias emergentes.

As navegações se tornam possíveis por esses fatores, aliados a um conjunto de progressos técnicos como a bússola, o astrolábio, as caravelas e a imprensa que popularizou os mapas. Mas o que moveu os nascentes grupos mercantis ibéricos foi o interesse comercial nas especiarias do Oriente, que vinham por rotas terrestres ou pelo mediterrâneo, controladas pelos italianos.

Portugal iniciou a empresa navegatória com a ascensão da Dinastia de Avis, que formou uma aliança entre o Estado e os grupos mercantis. Ao longo do século XV, os portugueses ocuparam-se em explorar e colonizar a costa oeste e as ilhas próximas do continente africano.

Colombo fez quatro viagens à América, ficando notabilizado por sua chegada a Santo Domingo em 1492. Em 1498, utilizando a rota descoberta por Bartolomeu Dias, Vasco da Gama chegou às Índias, e dois anos depois Cabral aportou na costa brasileira.

Para evitar a disputa entre Portugal e Espanha, em 1493, o Papa Alexandre VI editou a *Bula Inter Coetera*, que fixava um meridiano a 100 léguas das ilhas de Cabo Verde, definindo que as terras a oeste seriam espanholas e a leste, portuguesas. O

Tratado de Tordesilhas, em 1494, mudou a linha demarcatória de 100 para 370 léguas, cedendo assim, o litoral brasileiro para os portugueses.

Para tomar posse do novo continente sem muito ônus, a coroa espanhola associou-se à iniciativa privada, instituindo as *capitulações*¹. O primeiro contrato foi entre Colombo e Castela, com as Capitulações da Santa Fé. Diante dos problemas enfrentados, nesse e em outros contratos, a coroa instituiu a figura dos *adelantados*², investidos de grande poder de ação, iniciando assim a conquista de fato do continente. Entre estes figuram Cortez, Alvarado, Pizarro e Almagro.

A fúria dos conquistadores, em sua voracidade pelo ouro e outras riquezas, acobertada ideologicamente pelo discurso da necessidade de cristianizar os nativos, aproximando-os de Deus, só pode ser entendida levando-se em conta as dificuldades de sobrevivência enfrentadas no período pela decadente aristocracia espanhola.

De qualquer forma, como puderam tão poucos europeus subjugar tantos nativos e algumas adiantadas civilizações como os incas e os astecas? Entre as principais possibilidades listadas por estudiosos³ da questão destacam-se as seguintes: a superioridade tecnológica dos conquistadores, o caráter fatalista das religiões nativas que impediu a resistência do povo, elevado nível de centralismo político – como no caso dos incas e astecas que, mesmo com a troca de seus imperadores, as massas continuaram obedecendo passivamente aos interesses espanhóis – e as divisões internas dos indígenas. Segundo Luiz Roberto Lopez, em sua obra a História da América Latina:

... ao longo de toda a história da América Latina, a civilização européia cristã foi o calvário do indígena, tornando-se sinônimo de destruição física e cultural. O nativo foi forçado ao trabalho num sistema de lucro imediatista, alheio às suas tradições, perdeu suas terras, sendo também despojado da memória e da dignidade e encaixado numa hierarquia de opressão e exploração. (LOPEZ, 1989 pg. 29)

Em 1518, começou o tráfico negreiro para a América espanhola e em 1873, em Cuba, registrou-se a última entrada comprovada de escravos africanos. No total ingressaram 1.552.000 negros. Para o Brasil foram trazidos 3.646.000, para as Antilhas inglesas 1.665.000 e Antilhas francesas 1.600.000. (LOPEZ, p. 44).

¹ Capitulações - Contratos assinados entre a monarquia e interessados da iniciativa privada para a exploração do Novo Mundo (LOPEZ, pág. 20).

² Adelantados - Título de autoridade Ibérica dos tempos da reconquista da Península utilizado na conquista do Novo Mundo (LOPEZ, pág. 21).

³ Eduardo Galeano em *As Veias Abertas da América Latina* (1981) e Leon Pomer em *As Independências na América Latina* (1987).

Como os espanhóis estavam mais interessados inicialmente na exploração das minas, os índios foram mais utilizados nessa atividade porque já a conheciam, e porque as condições insalubres de trabalho provocavam enorme mortandade, e sendo os negros um investimento caro, era preferível a mão de obra indígena que não lhes custava nada. Os negros foram levados às minas quando não havia mais índios disponíveis.

A escravidão negra foi mais explorada nas grandes plantações para exportação. O Caribe, a América Central e o norte da América do Sul foram áreas das denominadas *plantation*, onde a mão de obra escrava foi mais utilizada, em que pese tenha sido usada também em outras atividades, como na criação de gado, em Santo Domingo, por exemplo.

O tráfico negreiro foi uma das formas da acumulação primitiva de capital, tanto pelo comércio de escravos, como pelo barateamento da produção agrícola que alimentava o nascente capitalismo manufatureiro na Europa.

A vida massacrante dos escravos levava muitas negras a abortar os filhos para não submetê-los às mesmas degradantes condições de vida às quais estavam sujeitas. A liquidação física do negro acompanhou de perto a do índio naquele sistema de trabalho, com seqüelas que persistem até os nossos dias.

Diferente da estruturação portuguesa no Brasil, a civilização espanhola na América foi mais urbana que rural. As cidades, como centros de controle da política monopolista, reuniam os funcionários e administradores locais que, com as mudanças das condições políticas e econômicas ao longo do tempo, tiveram papel decisivo no processo de independência dos países-colônias. Nessa época, a América hispânica já possuía 36 Universidades.

O fato de a elite crioula⁴ ter sido a promotora da independência dos países da Colônia Espanhola foi decisivo para determinar os limites da mesma. Como nova classe dirigente, ela não tinha obviamente interesse em alterar a estrutura vigente, mas sim em rearticular, em novas bases, os vínculos com o mercado europeu.

No novo continente, a emancipação, ainda que tenha lançado mão da ideologia liberal para justificar a causa - diferindo da Europa onde teve um papel revolucionário -, teve uma importância maior na conservação do que na transformação, na medida

⁴ Criollo: filho de espanhóis nascido na América. Como tinham restrições políticas, Administrativas e comerciais por parte da Coroa, foram decisivos no processo de autonomização das colônias Latino-americanas.

em que serviu mais para respaldar os interesses de uma classe hegemônica com características pré-capitalista do que para viabilizar reais mudanças estruturais. A decadência da Metrópole, a influência do iluminismo europeu, o exemplo da independência dos Estados Unidos foram decisivos na aceleração do movimento separatista.

Num primeiro turno, em 1810, Belgrano, líder das elites rebeladas de Buenos Aires, expulsou o vice-rei. Em 1811, Chile e Paraguai proclamam independência. No Uruguai, a tentativa de Artigas é frustrada, ficando o vizinho país anexado ao Brasil de 1821 a 1828. No México, em escaramuças que se estendem de 1811 a 1815, o movimento de libertação também acaba sendo sufocado. Em 1811, Caracas e Quito também rompem com a Espanha. Em 1815, entretanto os espanhóis reconquistam Caracas, Quito, América Central e o Chile, freando o ímpeto separatista.

Após brutal repressão desencadeada pela coroa espanhola, na pessoa de Fernando VII, e da reorganização das forças locais, inicia-se um novo período de levantes. Voltando do exílio com ajuda inglesa, Bolívar domina a Foz do Orinoco em 1818. Atravessando os Andes, liberta Nova Granada em 1819, nascendo assim a Colômbia. Em 1821, toma Caracas e funda a Terceira República Venezuelana.

Sucedendo Belgrano, San Martin consegue unificar os interesses de Buenos Aires e do interior e formaliza a independência nacional em 1816. Cruzando os Andes, entra no Chile e unindo-se a O'higgins libertam o país em 1818. Com apoio da frota inglesa de Lord Cochrane, San Martin entra no Peru, provocando a fuga do vice-rei de Lima, libertando o país em 1821. Ao mesmo tempo, marchando para o sul, Bolívar incorporou o Equador à Colômbia em 1821. Um ano depois, em Guayaquil, ocorre o célebre encontro de ambos⁵.

Em 1822 ocorre também a independência do Brasil de Portugal. No México, Iturbide que havia reprimido o movimento emancipatório local, se proclama imperador em 1822. Sendo derrubado e fuzilado, na sequência o país se torna uma república federal em 1824.

Diferente da traumática separação da América espanhola e de sua ampla fragmentação, a do Brasil foi pacífica, mantendo a unidade do país. Tais fatos ensejam interpretações acerca da passividade do povo brasileiro e do acordo com a Coroa

⁵ Em Guayaquil, Bolívar e San Martin se entendem quanto à libertação do Peru na sequência (1822) mas divergem em relação à forma de governo dos países libertos. San Martin defendia a monarquia para evitar mais guerras e apressar o reconhecimento da emancipação dos países e Bolívar propugnava a organização dos países em uma grande república federativa.

Portuguesa – a independência do Brasil foi, na verdade, como que um presente de pai (D. João VI) para filho (D. Pedro I). O certo é que a vinda da família real para o Brasil criou um efetivo centro de poder, o que combinado com a expansão da economia cafeeira no entorno da capital, possibilitou as condições para uma hegemonia político institucional. Lopez destaca ainda que:

... a abolição indolor do monopólio e a construção pacífica de um Estado nacional seriam as melhores garantias de que a propriedade e a escravidão ficariam intocadas. Ao contrario da América espanhola, o Brasil teve no escravismo a única base de seu sistema social e a necessidade de mantê-lo veio a ser um ponto fundamental de coesão da classe dominante nacional. (LOPEZ, 1989 pg. 80)

No Brasil, à exceção dos demais países latino-americanos, a ruptura com a Metrópole e o início do Estado nacional ocorreu de forma simultânea, ainda que sob a forma de império, até 1889, quando proclama a República.

Segundo Florestan Fernandes, a independência do Brasil, mesmo nos moldes em que ocorreu, constitui-se de fato na primeira grande revolução social que se operou no Brasil. Apesar de não ter alterado significativamente a ordem social vigente, a independência assinalou o fim da era colonial e o início da sociedade nacional.

Uma revolução que adquiriu conteúdo e conseqüências sociais por sua natureza política estava fadada a projetar antigas estruturas sociais em um novo contexto político. Contudo, o novo contexto político era nada mais nada menos que a ordem legal requerida, institucionalmente, pelo Estado moderno. Portanto, por mais que o passado persistisse, ele não se manteria intacto, pois a *sociedade colonial* brasileira teria que converter-se, em vários níveis de sua organização, numa *sociedade nacional*. (FERNANDES, 1989, p. 66).

Passada a fase mais conturbada da emancipação colonial e afirmação nacional, do caudilhismo e coronelismo - que ainda hoje tem seus representantes bastante atuantes -, da inclusão subordinada à ordem econômica internacional vigente, da modernização acelerada financiada com capital estrangeiro, das ditaduras militares e da relativa redemocratização e estabilidade institucional, a América Latina vive hoje um processo de globalização que estimulou a organização de grupos entre países da região, a exemplo de modelos norte-americanos e europeus⁶. Em 1991, em

⁶ Num contexto de economia globalizada são criados vários blocos econômicos para facilitar o comércio entre os países membros. A União Europeia (EU) foi criada em 1992 pelo Tratado de Maastricht e os países membros tem moeda única e sistema financeiro e bancário comum. Os cidadãos podem circular ou residir livremente nos países membros. O NAFTA (Tratado Norte Americano de Livre Comercio) composto pelos Estados Unidos, Canadá e México, mesmo não sendo zona de livre comércio, oferece vantagens no acesso aos mercados dos países membros.

Assunção é assinado o tratado de criação do Mercado Comum do Sul – MERCOSUL – pelos presidentes da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.

Atualmente, a Venezuela aguarda aprovação do Congresso Nacional para compor o bloco como estado parte. A Bolívia, o Chile, o Peru, a Colômbia e o Equador integram o bloco como países associados.

Partindo desse contexto para efeito de delimitação, esta investigação pretende apresentar um estudo comparativo das políticas educacionais desenvolvidas a partir das reformas ocorridas nas últimas décadas, envolvendo os quatro países fundadores do Mercosul.

3. A EDUCAÇÃO NOS PAÍSES DO MERCOSUL

Neste capítulo são apresentados os quatro países que compõem o bloco do MERCOSUL desde a sua fundação Na seguinte ordem: Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Os países são inicialmente expostos na sua atual configuração política, geográfica, econômica e social. Na sequência faz-se uma retomada histórica a partir de sua independência, passando pelos fatos mais marcantes no processo de constituição de sua identidade nacional. E por fim, procede-se uma recuperação da história da educação no país até os nossos dias, concluindo-se com as leis, as políticas, a estrutura do seu sistema de ensino, o financiamento e a formação dos profissionais da educação na atualidade.

3.1 ARGENTINA

A República Argentina está organizada política e administrativamente em 23 províncias, mais a cidade autônoma de Buenos Aires, capital da nação e sede do governo. O país conta com aproximadamente 40 milhões de habitantes e território de 3.745.247 km², sendo 2.780. 400 km² no continente americano e 964.847 km² no continente antártico. O seu PIB (2006) é de US\$ 654,413 bilhões (per capita de US\$ 13.308). O IDH (2006) é 0,860, a alfabetização 97,2% e a expectativa de vida de vida é de 75,3 anos. Sua moeda é o peso argentino. Destaca-se na produção de grãos como trigo, milho, soja e na pecuária. É também grande produtora de vinho. (referência)

3. 1.1 CONTEXTO HISTÓRICO

Desde a sua independência da Espanha, em 1816, a Argentina viveu intenso conflito entre os caudilhos do interior e a burguesia mercantil de Buenos Aires.

A primeira Constituição é de 1853, sendo atualizada somente em 1994, muito mais por acordo da cúpula dirigente - Alfonsín e Menem - do que por exigência popular, e teve a clara intenção de possibilitar a reeleição presidencial.

Em 1880, com a hegemonia das oligarquias rurais, Buenos Aires passa a ser a capital do país, então com poder centralizado. Nessa mesma época, inicia-se a

imigração européia, que só nos anos de 1903-04 recebeu 100 mil imigrantes, o que marcou definitivamente a característica populacional da nação.

A primeira metade do século XX foi marcada por intensas disputas entre conservadores e liberais, sendo que a partir dos anos 1930, o arcaico tradicionalismo agrário passa a ser substituído pelo nacionalismo urbano e industrial e, orientado pelo populismo peronista, os operários foram incorporados num processo desenvolvimentista antiimperialista.

De 1955 a 1983, alternaram-se no poder inúmeros presidentes civis e militares, com sucessivos golpes de estado e ditaduras violentas, que deixaram um saldo de mais de 8 mil mortos e 10 mil desaparecidos.

Em 1982, o exército argentino ocupou o arquipélago das Ilhas Malvinas, possessão inglesa desde 1833 e reclamado pela Argentina. A acachapante derrota sofrida pela Argentina acelerou a queda dos militares.

À redemocratização do país acompanhou a desordem econômica decorrente da reforma econômica e política efetuada no governo Alfonsín, que entregou a faixa governo de Menem foi marcado por denúncias de corrupção, perdão aos militares e outros assassinos da chamada *guerra suja*⁷ fracasso da política econômica com desemprego e recessão e grande promotor das políticas neoliberais.

De 1999 a 2003 o país teve três presidentes, vivendo momentos de grande tensão social e crise econômica. Em 2003, Nestor Kirchner foi eleito presidente já sintonizado com o novo momento político do continente, sendo eleita na sequência, em 2007, sua esposa Cristina Kirchner para o cargo.

3.1.2 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO SISTEMA EDUCACIONAL NA ARGENTINA

No início da colonização do território Argentino, a educação primária estava a cargo dos franciscanos, dominicanos e jesuítas, que visavam à evangelização com o uso obrigatório da língua espanhola. Até 1609, não mais que 150 alunos freqüentavam esses estabelecimentos.

⁷ Guerra Suja – perseguição aos opositores, após Golpe Militar e deposição de Isabelita Perón da Presidência da Argentina. O poder é assumido pelo General Rafael Videla e com o fechamento do Congresso e dissolução dos partidos iniciou-se um período de perseguição, com milhares de pessoas aprisionadas, torturadas e assassinadas. Estima-se que até o final da ditadura, em 1983, mais de 30 mil pessoas desapareceram. (MENDES, 2008)

Em 1613, foi fundada a *Universidad de Córdoba*, a primeira do país, para formar o alto clero e a elite colonial.

No início do século XIX, a adoção dos ideais do iluminismo pela burguesia *criolla*, possibilita a *Belgrano*⁸ realizar esforços para desenvolver a educação em todos os níveis, ampliando a sua oferta. Já nessa época, as mulheres tiveram acesso à educação, algo raro no continente.

A Constituição Nacional de 1853 atribuiu o dever de ensinar às províncias. Nesse sentido, a Província de Corrientes, em 1857, aprovou lei determinando verbas para a construção de escolas. Buenos Aires sancionou sua *Lei de Educación* em 1875.

Em 1864, foi fundado o Colégio Nacional de Buenos Aires, agregado à Universidade, criada em 1821. Na seqüência, foram criados outros colégios similares nas várias províncias.

A educação do país tomou forte impulso no governo de Domingo Faustino Sarmiento (1868 – 1874), estimulando a imigração que trouxe educadores europeus, construiu escolas e bibliotecas e dobrou o número de matrículas.

Em 1884 foi sancionada a *Lei 1420 da Educação Comum*, estabelecendo seu caráter obrigatório, estatal, laico e graduado.

No início do século XX, aproximadamente 70% das crianças com idade entre 6 e 13 anos já freqüentava a escola. Nesse período, também foi sancionada a *Lei Láinez*, que preconizava a influência do estado central sobre os sistemas educacionais das províncias, visando a unificação da identidade nacional.

Na reforma do ensino médio, entre 1916-17, debateu-se o processo de ampliação da participação política, e a Reforma Universitária de 1918 implicou em profunda democratização das universidades.

O ensino da religião na escola pública voltou em 1943, sendo extinta em 1954 por Perón, em conflito com a Igreja Católica.

Na virada dos anos 1950 para os 60, com a ampliação dos direitos sociais, houve também aumento nas matrículas, ao mesmo tempo em que se debatiam novas concepções educacionais.

O período militar foi um duro golpe contra a educação nacional, que sem liberdade baseou-se em conteúdos ultrapassados e condicionadores.

⁸ Manuel Belgrano – político e militar argentino que teve atuação de destaque na independência do país.

A *Ley Federal de Educación* nº 24.195 de 1993, aprovada no governo Menen, regulou o sistema educativo do país até a aprovação da *Ley de Educación Nacional* nº 26.206, em 2006.

Antes da promulgação da Lei 26.206, foi aprovada a Lei nº 26075/06, recepcionada pela nova Lei, que dispõe, entre outras questões, sobre o investimento em educação. A lei prevê a ampliação progressiva do investimento em educação por parte dos governos nacional, provinciais e da Cidade Autônoma de Buenos Aires até 2010, quando deve atingir 6% do PIB.

3.1.3 ESTRUTURA DO ENSINO

Com reconhecimento de organismos internacionais como a UNESCO e a UNICEF, a educação na Argentina é considerada como das mais avançadas da América Latina. A educação na Argentina é de responsabilidade do governo nacional, das províncias, dos distritos federais e das instituições privadas, sempre orientadas pelo Ministério da Educação. Compreende a Educação Primária Básica, a Educação Secundária Básica e a Educação Superior.

A estrutura educacional da Argentina, de acordo com a nova legislação, em seu art. 17, organiza-se da seguinte forma:

- 1º nível: educação inicial, oferecida em *Jardines Maternales*, para crianças de 45 dias a dois anos de idade, e *Jardines de Infantes*, para crianças de 3 a 5 anos.
- 2º nível: educação primária. A nova lei não estabelece a dimensão desse nível, que deve ser acordado entre o governo central e as jurisdições educacionais. O que está estabelecido é que a obrigatoriedade da escolarização se estenderá dos cinco anos até o final do ensino secundário, ampliando-se assim de dez para treze anos. As jurisdições educacionais poderão ofertar seis anos de escola primária e seis de secundária, ou sete de primária e cinco de secundária.
- 3º nível: educação secundária que se divide em dois ciclos: um ciclo básico de caráter comum a todas as orientações e um ciclo orientado, de caráter diversificado segundo distintas áreas do conhecimento, do mundo social e do trabalho (art 31). Define como objetivos a continuidade dos estudos, preparação

para o trabalho, e o exercício da cidadania. Prevê-se a garantia de carga horária semanal mínima de 25 horas.

- 4º nível: educação superior que é regida por lei específica (24.521), com prerrogativa do Estado na supervisão e controle dessa etapa educacional.

Em relação ao financiamento, a nova lei dispõe, no seu artigo 9º, que o Estado garantirá o financiamento do Sistema Educativo Nacional conforme as previsões da presente lei, acrescentando que, cumpridas as metas de financiamento estabelecidas na lei nº 26.075, o investimento consolidado do Estado Nacional, das províncias e da Cidade Autônoma de Buenos Aires, destinado exclusivamente à educação, não será menor que 6% do PIB (produto interno bruto)

No artigo 10, declara que o Estado Nacional não subscreverá tratados bilaterais ou multilaterais de livre comércio que impliquem conceber a educação como um serviço lucrativo ou alentem qualquer forma de mercantilização da educação pública.

Quanto ao tema referente aos profissionais da educação, em relação aos direitos e deveres e à sua formação, é tratado com bastante detalhamento, do artigo 67 ao 78 da Lei Educacional.

Os artigos 72 e 73 estabelecem que a formação docente é constitutiva do ensino superior, prevendo formação inicial, continuada, apoio pedagógico às escolas e investigação educativa.

O artigo 74 assinala a gratuidade da formação inicial e contínua, a cargo do Ministério de Educação e Conselho Federal de Educação, que definirão o currículo e as condições para a sua execução. Ainda sobre a formação docente, a mesma está prevista em dois ciclos: uma formação básica comum e uma formação especializada para atuar nos níveis e modalidades. Também foi criado o Instituto Nacional de Formação Docente para coordenar as políticas relativas à questão.

Em seu artigo 68 reconhece o pessoal técnico-administrativo, auxiliar, saúde e social como integrantes à comunidade educativa.

3.2 BRASIL

A República Federativa do Brasil está organizada em 26 estados e o Distrito Federal. Conta com aproximadamente 190 milhões de habitantes (2008) e território de 8.514.876.599 km² e Capital Brasília. O PIB (IBGE-2008) do país é de Rs 2,9.trilhões (per capita de 15.240.), o IDH (2006), o índice de alfabetização é de 90% e a

esperança de vida é de 72,7 anos. A moeda é o Real e a sua economia está baseada na agricultura, pecuária, indústria e serviços. (referência)

3.2.1 CONTEXTO HISTÓRICO

Da chegada ao Brasil em 1500, até 1530, os portugueses estiveram mais preocupados com a exploração e transporte do pau-brasil do que com a ocupação do território. A partir de 1530, com a vinda de Martim Afonso de Souza, é que a nova colônia passa a ser povoada.

Mais adiante, para combater as invasões do território, constantemente ameaçadas por expedições francesas e holandesas, instituiu-se as capitanias, com a incumbência, ainda de povoar e cultivar a cana-de-açúcar.

Com o fracasso das capitanias, passou-se a uma forma de administração centralizada, os governos gerais.

Em 1808, fugindo da invasão francesa a Portugal, D. João VI e mais dez mil integrantes da Corte, chegam ao Rio de Janeiro. Esse fato marcou profundamente a vida colonial e foi decisivo para o processo de independência do país.

Com a separação de Portugal, o Brasil tornou-se uma monarquia constitucional, e com o retorno de D. Pedro I a Portugal e breve período regencial, é coroado imperador do Brasil, D. Pedro II, aos 14 anos de idade.

Após a guerra do Paraguai em 1870, intensificou-se o movimento republicano e abolicionista. A escravidão durou oficialmente até 1888 e em substituição à mão de obra escrava, foram trazidos os imigrantes europeus, em sua maioria, portugueses e italianos.

Em 1889, proclamou-se a república, tornando-se Deodoro da Fonseca o primeiro presidente do país, com a família imperial exilando-se na Europa.

De 1889 a 1930 dominam o cenário político os estados de São Paulo e Minas Gerais, alternando-se no poder, no período que ficou conhecido como República *café com leite*.

Em 1930, assume o poder Getúlio Vargas, permanecendo por 15 anos na presidência. Seria ainda reeleito em 1951, suicidando-se em 1954.

O governo de Juscelino Kubitschek foi marcado pelo rápido desenvolvimento da indústria nacional e pela fundação e mudança da capital do Rio de Janeiro para Brasília.

Na sequência, com a renúncia de Jânio Quadros em 1961, assumiu João Goulart, que a partir da orientação nacionalista-reformista de seu governo desencadeou a oposição de amplos setores da sociedade e dos militares. Por meio de um golpe de estado, os militares assumiram o poder em 1964, com o discurso da preservação dos valores e instituições nacionais, contra o “perigo comunista” e em prol da recuperação econômica, permanecendo até 1985, quando inicia um processo de redemocratização política.

A Constituição de 1988 consolida a redemocratização do país, possibilitando a eleição do primeiro presidente civil após a ditadura, Collor de Melo, que coloca o país em sintonia com os ventos neoliberais, que já estavam influenciando econômica e política em vários países do continente. Em 1992, Collor é cassado, assume Itamar Franco e em 1994 é eleito Fernando Henrique Cardoso, que aprofunda as reformas neoliberais no país, sendo reeleito em 1998.

Em 2003, chega à presidência Luis Inácio Lula da Silva, reeleito em 2006, com um programa democrático e popular

3.2.2. EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO SISTEMA EDUCACIONAL NO BRASIL

A história da educação no Brasil tem início em 1549, com a chegada dos primeiros jesuítas à colônia. Por mais de dois séculos foram praticamente os únicos educadores do Brasil. Mesmo tendo criado escolas de iniciação à leitura e escrita, sempre estiveram mais preocupados com a escola secundária e com a catequização.

Em 1759, após a expulsão dos jesuítas de Portugal e suas colônias, o Marquês de Pombal cria o *Subsídio Literário*, imposto para financiar o ensino primário. Sem resultado prático, só com a vinda da família real ao Brasil, em 1808, é que a educação ganha força, com a criação de instituições de ensino técnico, científicas, culturais e os primeiros cursos superiores, no Rio de Janeiro e na Bahia, em geral voltados para os interesses da coroa no país, continuando assim o ensino primário marginalizado.

Somente após a independência, em 1822, aparece a preocupação com a educação primária. A constituição de 1923, pela primeira vez, faz referência à educação popular.

A Constituição de 1824 compromete o império a assegurar instrução primária e gratuita a todos os cidadãos. A lei de 15 de outubro de 1827 determinava a criação de

escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e vilarejos, envolvendo as três instâncias do poder público, o que não foi implementado.

Em vez da criação de universidades, surgiram os cursos jurídicos de São Paulo e Olinda atendendo a demandas de interesses profissionais.

O Ato Adicional de 1834, delegando às províncias a prerrogativa de legislar sobre a educação primária, comprometeu gravemente o futuro da educação básica à medida que possibilitou o afastamento do governo central da responsabilidade de assegurar educação elementar para todos.

A manutenção dessa política pela República, agravou o distanciamento das elites do país das camadas populares.

Na década de 1920, após a Primeira Guerra Mundial, as mudanças na esfera econômica, política, e cultural, também se refletem no âmbito educacional. Reformas do ensino primário são efetuadas em vários estados. Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Lourenço Filho, Almeida Júnior, entre outros divulgam o *Manifesto dos Pioneiros* em 1932, documento histórico em que redefinem o papel do Estado na questão educacional. Nesse período, também surgem as primeiras universidades brasileiras: em 1912 no Paraná; 1920 no Rio de Janeiro; 1927 em Minas Gerais; e 1934 em São Paulo.

Constituição de 1934 consigna importantes avanços na área educacional, incorporando proposições anteriormente debatidas. Já em 1937, com a instauração do Estado Novo, a nova Constituição representa um grande retrocesso, em especial pelo seu caráter autoritário.

Em 1945, com a queda do Estado Novo, os debates são retomados, elaborando-se o primeiro Projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional encaminhado ao Congresso Nacional em 1948. Após longa e difícil tramitação é aprovado como Lei 4.024, em 1961.

Do fim do Estado Novo até o golpe Militar em 1964, na esteira de um notável movimento em defesa da escola pública, gratuita e universal, ocorreram importantes mudanças na área. Em 1951 foi criada a CAPES – Coordenação do Aperfeiçoamento do Pessoal do Ensino Superior. Em 1961, foi instituído o Conselho Federal de Educação. Campanhas e movimentos de alfabetização de adultos foram realizados, além da expansão da oferta do ensino primário e superior.

Com o regime militar instalado em 1964, estanca-se esse profícuo período. Em 1969 e 1971 são aprovadas respectivamente as Leis 5.540 e 5.692, introduzindo

profundas mudanças estruturais no ensino superior e na educação básica que passa a ser denominada de 1º e 2º graus. Porém, destaca-se um avanço na ampliação da obrigatoriedade do ensino que passa de 4 anos para – do antigo ensino primária – para 8 anos – 1º grau que incorpora o primário com o ginásio, 1ª etapa do ensino secundário.

Em 1988, a nova constituição, aprovada após amplo processo de debate, traz inovações e compromissos como a universalização do ensino fundamental e a erradicação do analfabetismo.

Em 1996, após longos anos de debates foi aprovada a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, *Lei 9394/1996*, que se por um lado traz avanços significativos, também perdeu importantes possibilidades no percurso.

Em 2001, frustrando todo o rico processo de construção no âmbito da sociedade civil, o governo FHC, fez aprovar a lei do PNE – Plano Nacional de Educação, com vigência até 2011, tornando-se Lei de Estado.

Em 2006 é aprovada a emenda constitucional nº 53/06 que cria o Fundeb – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de valorização dos Profissionais de Educação, em substituição ao Fundef, criado pela emenda constitucional nº 14/96, que traz mudanças em relação à ampliação do atendimento de níveis e modalidades, no que diz respeito ao financiamento, entre outras questões.

Em 2008 é realizada a Conferência Nacional de Educação Básica, que aprovou um documento de referência para as políticas públicas na esfera federal, estadual e municipal.

3.2.3 ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA ATUAL DO ENSINO

A LDB de 1996 organiza a educação escolar brasileira em duas etapas:

- 1º - Educação básica , constituída pela educação infantil (de zero a três anos, em creches ou instituições equivalentes, e de quatro e cinco anos na pré-escola), o ensino fundamental, obrigatório conforme previsto pela Constituição Federal, com duração recentemente ampliada para nove anos, e o ensino médio, com duração mínima de três anos.
- 2º - Educação Superior: com cursos de graduação, seqüenciais e de pós-graduação.

- Como modalidades do ensino, a lei prevê: Educação de Jovens e Adultos (EJA), educação profissional, educação especial, educação a distância e educação indígena.

O financiamento da educação está regulamentado na Constituição Federal (art. 212), na LDB, que dispõe sobre as fontes dos recursos destinados à educação, oriundos de impostos, transferências e outras receitas previstas em lei (art. 68) e que em seu art. 69, assim como a Constituição Federal, determina que a União aplicará anualmente, nunca menos que 18% e os estados o Distrito Federal e os municípios, no mínimo 25% da receita resultante de impostos, compreendidas as transferências constitucionais, na manutenção e desenvolvimento do ensino público. Já o Fundeb – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica, foi instituído pela Emenda Constitucional nº 53, em dezembro de 2006, com vigência prevista de 2007 a 2020 com implementação progressiva e com contribuição de estados e municípios em 10% a partir de 2010.

Em relação à formação docente, para atuar na educação básica, exige-se o nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, admitindo-se a formação mínima em curso Normal (nível médio) para atuar nas quatro primeiras séries do ensino fundamental (art.62) Os institutos superiores de educação (art. 63) formarão profissionais para atuar na educação básica e ofertarão programas de formação continuada. O art .67 trata da carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público, piso salarial profissional, com direito a aperfeiçoamento, estudos integrados à jornada de trabalho e progressão funcional.por titulação ou habilitação e avaliação de desempenho.

3.3 PARAGUAI

A República do Paraguai conta com 6,1 milhões de habitantes, dos quais aproximadamente 85.674 são indígenas (2002) que vivem num território de 406.752km² de superfície. Da sua população, 56,7% vivem na área urbana e 43,3% na área rural. O *País* está organizado em 17 departamentos incluindo a capital Assunção. O PIB é de US\$ 28.342 bilhões e per capita de US\$ 4.700 (2006) o IDH é de 0,755 (2006), Índice de alfabetização de 93,5% e a expectativa de vida é de 71,8

¹⁰ Cabildos: denominação proveniente do latim: *capitulum* (à cabeça). Eram estruturas administrativas municipais de representação dos interesses locais junto à burocracia real.

anos.(2006) A moeda é o Guaraní e sua economia está baseada em produtos agropecuários e florestais, pecuária e energia hidrelétrica.

O idioma guarani é falado em 59,2% das casas, enquanto o castelhano em 37,5%, sendo que nas cidades o castelhano é falado por 54,7%, no campo o guarani chega a ser falado em 82,7%.

3.3.1 CONTEXTO HISTÓRICO

Após a independência, o país foi governado com mãos de ferro por José Gaspar G. R.de Francia, também conhecido como "*El Supremo*". Francia estatizou as terras e tornou o ensino inicial obrigatório, ficando no poder até sua morte em 1840.

Na sequência, governou o país Carlos A. Lopez, que aproveitando as bases estabelecidas por Francia, desenvolveu econômica e culturalmente o país. Seu filho Francisco Solano Lopez, que o sucedeu, entrou para a história como o condutor do país à guerra da tríplice aliança, de 1865 a 1870, que destruiu o país, exterminando mais da metade de sua população.

De 1932 a 1935, o Paraguai esteve em guerra com a Bolívia que invadiu a região do *Chaco*, área limítrofe entre os dois países, que, com a vitória paraguaia, acabou anexada em maior parte ao seu território.

Durante praticamente todo o período da primeira metade do século XX, o país passou por instabilidade política com alternância de poder entre reformistas e conservadores.

Em 1954, toma o poder o general Stroessner, reelegendo-se sucessivamente em processos fraudulentos, até ser deposto por um golpe em 1989.

Tentativas de novos golpes, de *impeachment*, corrupção e assassinatos dominaram o cenário político do país nos últimos anos.

Em abril de 2008, foi eleito presidente do país o ex Bispo católico Fernando Lugo, pondo fim a quase seis décadas de domínio do partido Colorado, prometendo realizar reforma agrária, ampliar o sistema de seguridade social e lutar pela soberania energética do país.

3.3.2 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO SISTEMA EDUCACIONAL NO PARAGUAI

Em qualquer análise da evolução do sistema educativo paraguaio, desde o período colonial espanhol, fica evidente que a educação não se constituiu como prioridade para as autoridades coloniais da península.

Assim, ela ficou relegada aos interesses e preocupações locais, de governadores e cabildos¹⁰ e, especialmente, às ordens religiosas.

No entanto, é importante destacar a constante preocupação da coroa espanhola, através de *instruções* para a educação indígena, nas quais se recomenda o uso do idioma castelhano para a catequização dos índios. Diante da sistemática resistência dos indígenas em aprender o espanhol, os religiosos tiveram que aprender o idioma guarani, editando catecismos e livros, o que contribuiu para preservar o idioma até nossos dias.

O Cabildo de Assunção criou escolas de primeiras letras e gestionou junto à coroa a criação de instituições de nível superior durante todo o período colonial, o que veio a concretizar-se apenas no século XIX.

Hernando Arias de Saavedra, primeiro governador *criollo* do Paraguai (1592 – 1599) criou o Colégio Jesuítico em Assunção.

Na falta de instituições de ensino superior na província, os estudantes paraguaios buscavam a continuidade de seus estudos em outros locais. Córdoba e Charcas na Argentina, Santiago do Chile e Lima no Peru eram os locais mais procurados.

Em 1716, o Cabildo de Assunção, às suas custas e autorizado pelo governador provincial, inaugura um Colégio com cátedras de gramática, filosofia, teologia e moral.

Em 1776, é criado o *Real Colégio Seminário Conciliar de San Carlos* com cursos de teologia escolástica, teologia dogmática e gramática, ampliando seu currículo em 1783, com os cursos de latinidade, filosofia e artes.

O Colégio Carolino em Assunção. foi a mais importante instituição cultural e de ensino da província, tendo passado por suas aulas os futuros próceres da independência do país. Quando da invasão portenha comandada por Belgrano, em 1811, o governador Velasco chegou a fechá-lo, transformando-o em quartel. Poucos meses depois declarou-se a independência do país.

Em seguida à independência, reabre-se o Colégio, agora denominado São Carlos, instalando-se a cátedra de ensino superior da faculdade de matemática.

Entre 1814 e 1840 preponderou a figura totalitária de José G. de Francia, que criou em seu governo a *Escuela Central de Primeras Letras*.

A partir de 1840, com os López – primeiro o pai Carlos e depois o filho Francisco – a educação e a cultura, assim como a economia do país, tomam grande impulso. Surgem jornais, revistas, estudantes ganham bolsas de estudo para a Europa, professores estrangeiros foram contratados, a educação primária chegou às vilas, colégios foram habilitados e criou-se a Escola Normal.

A constituição de 1870 dispunha que a educação primária passava a ser obrigatória e de responsabilidade prioritária do governo e do congresso.

Em 1909, edita-se a *Ley de Educacion Obligatoria*, estabelecendo que as crianças de 7 a 14 anos deveriam receber educação primária em escolas oficiais, privadas ou em casa, e que as autoridades tinham que realizar censo todos os anos para efetivar o atendimento.

A Constituição de 1940 estabeleceu que a educação primária passasse a ser obrigatória e gratuita e que o governo fomentaria ainda o ensino secundário profissional e o universitário.

Em 1956, por decreto com assessoria da UNESCO, se aprova um novo plano para o ensino médio que introduz um ciclo básico de três anos obrigatórios antes de cursar os cursos normal ou *bachiller*.

Em 1973, por decreto, se aprova o *Plan de Formacion Docente*, estabelecendo o magistério em nível terciário, com 2 anos de duração para ensinar no primário, mais 2 para ensinar no médio com especialização por áreas e, cursos de Ciências da Educação para a preparação de especialistas. Assim, as escolas normais passam a constituir-se em Institutos de Formação Docente.

Em 1989, após o longo período da Ditadura Stroessner, elege-se um novo governo que com base no documento, *Reforma Educativa, compromiso de todos*, realiza em 1992, 19 congressos regionais e 2 nacionais, com os objetivos de *melhorar a qualidade educacional em todos os níveis e modalidades, democratizar a participação e reduzir a pobreza*. (Ministério de Educação e Cultura).

Ainda em 1992 é promulgada a atual Constituição Nacional que traz conceitos e princípios fundamentais de organização e gestão do sistema educativo.

Em 1998 é aprovada a lei nº 1264, Lei Geral da Educação, que é a que atualmente está em vigência. E, em 2001 edita-se a lei nº 1725, que trata do Estatuto do Docente. Essas duas leis inauguram um novo período da educação paraguaia.

3.3.3 ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA ATUAL DO ENSINO

De acordo com a nova lei geral da educação, a estrutura do ensino no país está organizada da seguinte forma:

- Educação pré-primária – a educação inicial não é obrigatória e compreende três etapas: jardim maternal de zero a dois anos; jardim de infantes de dois a quatro anos e pré-escolar de cinco anos.
- Educação primária – a educação escolar básica obrigatória e gratuita tem nove anos de duração e é ofertada a partir de seis anos de idade, compondo assim seis anos do primário e três anos do básico do ensino médio.
- Educação secundária: além dos três anos básicos e obrigatórios, oferta-se o 2º ciclo, diversificado, com mais três anos com orientações humanístico-científico, comercial e técnico-industrial.
- Educação superior: a autonomia universitária está prevista na lei nº 136/93 e implica fundamentalmente na liberdade para fixar objetivos e metas, planos e programas de estudo, de investigação e serviços à comunidade, eleger democraticamente dirigentes, nomear professores, administrar fundos e relacionar-se com outras instituições.

Em relação ao financiamento da educação, a lei estabelece que será aplicado no mínimo 20% do orçamento nacional no setor (art. 145), assinalando ainda que, de acordo com a política de descentralização, ocorrerão aportes oficiais de governos departamentais e municipais (art.146). Já o art. 148 indica que os recursos serão investidos prioritariamente para a educação de setores marginais da população, setor rural, áreas urbanas marginais e zonas fronteiriças.

Quanto aos educadores exige-se que os mesmos sejam formados em centros de formação docente, institutos superiores ou universidades para o exercício profissional (art.131), podendo eventualmente, na falta de titulados, ser alguém designado temporariamente para a função (art. 134). A lei ainda prevê o ingresso na carreira por concurso, com direito a avanços por mérito e programas permanentes de atualização e aperfeiçoamento a cargo do Ministério de Educação.

3.4 URUGUAI

A República Oriental do Uruguai está organizada em 19 departamentos e tem como capital a cidade de Montevidéu. Tem uma população de 3,3 milhões de habitantes e 176.215 km² de território. PIB de US\$ 37.267 bilhões (per capita de US\$ 7.090). O IDH de 2007 é 0,852, o índice de alfabetização é de 96,8% e a expectativa de vida é de 76,4 anos. A sua moeda é o Peso uruguaio, e tem na agricultura e na pecuária a força de sua economia. (indicar ano e fonte)

3.4.1 CONTEXTO HISTÓRICO

Em disputa com a Argentina, o Brasil incorporou o território da *Banda Oriental* do Uruguai em 1821, denominando-a Província da Cisplatina. Em 1828, com a assinatura do tratado de Montevidéu, a província se tornaria independente.

De 1903 a 1907 e de 1911 a 1915, governou o país José Battlle y Ordoñez que colocou o Uruguai à frente da maioria dos demais países latino-americanos em várias questões. Destacam-se a jornada de trabalho de 8 horas, o salário mínimo, o salário família, pensões por velhice e doença, melhorias na saúde e educação, entre outras.

Em 1952 o país adotou um sistema de Executivo Colegiado, garantindo 40% dos cargos públicos ao partido perdedor.

Nos anos 1960 o país passa por dificuldades econômicas com a queda dos preços dos artigos primários de exportação.

Uma ditadura militar governou o país de 1973 a 1985, com alternância desde então de governos conservadores *blancos* e *colorados*.

As eleições de 2004 dão a vitória ao candidato Tabaré Vázquez, apoiado pela coligação de centro-esquerda *Frente Amplio*.

3.4.2 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO SISTEMA EDUCACIONAL NO URUGUAI

No Uruguai a educação é gratuita da pré-escola até a universidade, sendo obrigatória por um total de nove anos.

O país foi o primeiro das Américas a ter uma educação primária universal, gratuita e obrigatória, por influência de José Pedro Varela, em 1877.

A escola pública, baseada no sistema francês, era bastante centralizada e cobria todo o país. O primário, o secundário e o superior constituíram-se como níveis rigidamente separados e com elevada autonomia administrativa e financeira.

No início da vida constitucional, em 1830, funcionavam em Montevidéu três escolas de Educação Primária. No ensino superior, em 1833, o Pe. Larrañaga propõe um projeto de lei criando sete cátedras.

Em 1838, no governo de Manuel Oribe é instituída a *Universidad Mayor de la República*.

Em 1848, se institui por decreto o *Instituto de Instrucción Pública*. Na educação privada, em 1861 é criado o primeiro colégio regido pela Ordem Religiosa das Irmãs do Horto.

A formação docente se inicia em 1866, com a criação da *Escuela Normal*. Dois anos mais tarde é criada a histórica *Sociedad de Amigos de la Educación Popular*, por José Pedro Varela e outros. O ensino médio é validado em 1870.

Em 1874 Varela publica sua obra "*La Adequación del Pueblo*" e dois anos mais tarde publica "*Legislación Escolar*". Ambas as obras são consideradas pilares da educação uruguaia.

Em 1877, na ditadura de Latorre se decreta a *Reforma Educativa*, com três preceitos básicos: obrigatoriedade, laicidade e gratuidade, que vigoram até hoje.

Em 1879, é criada a Escola de Artes e Ofícios, precursora da *Universidad del Trabajo*, atualmente denominada de *Educación Técnico Profesional*.

Em 1908, a *Ley Orgánica de la Universidad*, estabelece um Conselho Diretivo. Essa lei é modificada em 1958 pela *Ley Organica* que outorga máxima autonomia financeira à instituição.

Em 1912 é criada a *Universidade ou Liceu para Mulheres*, e também 18 liceus departamentales, nas capitais dos departamentos, para o ensino médio. em 1919 nasce o liceu noturno. Em 1927 havia cinco liceus em Montevidéu e 18 no interior do país.

Em 1951, com a criação do *Instituto de Profesores Artigas*, o ensino secundário passa a ter seus docentes com formação específica.

Com a Constituição de 1950 se estabelece a obrigatoriedade do ensino primário e na de 1966 esta se amplia para o ensino médio.

Durante o regime militar, de 1973-85, houve grandes mudanças no sistema educacional. Foi criado o *Consejo Nacional de Educacion* para supervisionar os três

níveis educacionais, que por sua vez passa a ser fiscalizado pelo executivo. A obrigatoriedade passou de 6 para 9 anos, o currículo do secundário bem como a formação dos professores foram reorganizados. Os gastos com a educação caíram de 12,2% do PIB em 1974 para 7,3% em 1982.

Em 1985 é aprovada a Lei nº 15739, Lei Geral de Educação.

E em 1998, edita-se lei nº 17015 que regulamenta a oferta da educação inicial, prevista para crianças de zero a seis anos.

Em 2008 aprova-se a nova lei educacional do país, com o nº 18.437, que entre outras medidas cria o Conselho Educacional, definindo os critérios de composição. Também institui o Congresso Nacional de Educação para a formulação das políticas educacionais e cria ainda vários outros conselhos deliberativos e consultivos que indicam a busca de administrações colegiadas e participativas.

3.4.3 ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA ATUAL DO ENSINO

A nova lei educacional do Uruguai, aprovada em dezembro de 2008, em seu capítulo II, que trata da educação formal (art. 21), prescreve que “a educação formal estará organizada em níveis e modalidades que conformam as diferentes etapas do processo educativo, que asseguram sua unidade e facilitam a continuidade do mesmo”, estabelecendo os seguintes níveis:

- Educação inicial: três aos cinco anos.
- Educação primária, com o propósito de “brindar os conhecimentos básicos e desenvolver principalmente a comunicação e a razão e que permitam a convivência responsável em comunidade” (art.25).
- Educação média básica, que deve propiciar “o domínio técnico-prático de diferentes disciplinas” (art.26)
- Educação média superior, que prevê “um maior grau de orientação ou especialização” (Art. 27), com as possibilidades de cursar a educação geral, tecnológica ou formação técnica profissional.
- Educação universitária, com o principal objetivo da “produção e reprodução do conhecimento em níveis superiores, integrando processos de ensino, investigação e extensão. Permitirá a obtenção de títulos de graduação e pós-graduação. (art. 30).

Quanto ao financiamento, a nova lei apresenta uma formulação bastante econômica e genérica. Em seu art. 19, que compõe o capítulo IV: Princípios da Educação Pública e Estatal, estabelece que “o estado proverá os recursos necessários para assegurar o direito à educação e ao cumprimento do estabelecido na presente lei”.

Em relação aos professores e demais profissionais da educação, é exigida a idade mínima de dezoito anos para ingresso na carreira, por concurso público, sendo que para avançar na carreira será considerada a avaliação de sua atuação profissional. No caso dos professores de educação inicial, primária e secundária, é exigida a habilitação específica para o magistério e a sua avaliação para efeito de promoção levará em conta o desempenho em sala de aula, cursos de aperfeiçoamento, de pós graduação e pesquisas e publicações realizadas (art. 69).

4 AS REFORMAS EDUCACIONAIS NA AMÉRICA LATINA E O MERCOSUL

Neste capítulo busca-se inicialmente distinguir o caráter, os meios utilizados para a sua implementação e o resultado das reformas realizadas no continente, nos anos 1990, em relação às demais reformas realizadas anteriormente. Em seguida, considerando a eleição de governos críticos às políticas neoliberais do período anterior, procura-se situar as novas leis educacionais nesse novo contexto político, ao mesmo tempo em que se questiona se estas leis estão efetivamente sintonizadas com o novo momento político vivido pelos países que compõem o bloco do MERCOSUL.

4.1 REFORMAS DOS ANOS 1990

Em geral, pode-se afirmar que nas últimas décadas, tanto nos quatro países analisados, como nos demais países latino-americanos, houve expressiva ampliação da cobertura escolar, praticamente universalizando o acesso aos estudos iniciais, inclusive aos setores sociais historicamente excluídos.

O acesso aos bancos escolares, entretanto, não veio acompanhado necessariamente do efetivo direito de permanência e promoção nos estudos, persistindo assim, um quadro de negação desse direito básico para um enorme contingente populacional.

É de se destacar ainda que, se por um lado houve expressiva expansão nos sistemas educacionais, por outro, houve aprofundamento na desigualdade econômica e social, ficando patente assim que somente o avanço educacional é insuficiente para alterar um quadro adverso produzido por um modelo de desenvolvimento excludente. (referência)

Estudos da UNESCO e da CEPAL concluíram que as formas de exclusão se complexificaram, passando a ser inerentes ao próprio sistema educativo. A fragmentação, inadequação, seletividade de escolas e redes, criou escolas para ricos e para pobres. Também a precária formação e condição de trabalho dos docentes, infra-estrutura insuficiente e baixa modernização tecnológica contribuíram para esse triste cenário. (SADER, 2006, p.441-451).

No que diz respeito ao financiamento, mesmo tendo havido elevação nos investimentos, conforme quadro demonstrativo dos gastos com a educação, é

flagrante a insuficiência dos recursos que lhe são destinados, considerando a realidade histórica de desigualdade e injustiça social a serem superados.

GASTO PÚBLICO EM EDUCAÇÃO							
País	Total de gastos públicos em educação em % do PNB (produto nacional bruto)						
	1980	1990	1995/96	1998	1999	2002	2004/05
Argentina	2,67	1,12	3,50	4,1	4,6	4,3	4,0
Bolívia	4,42	5,39	5,58	5,6	-	6,5	-
Brasil	3,60	4,55*	5,55	5,3	4,4	4,4	4,5
Chile	4,63	2,67	3,11	3,8	4,0	4,3	3,8
Colômbia	2,38	2,61	4,43	4,0	4,5	5,4	5,0
Cuba	7,20	6,55	-	6,8	-	8,7	-
México	4,73	3,73	4,87	4,3	4,5	5,4	5,5
Panamá	4,90	4,98	-	5,3	-	4,6	-
Paraguai	1,51	1,12	3,94	4,5	-	4,4	-
Peru	3,09	-	2,94	3,3	3,5	3,1	3,5
Uruguai	2,29	3,08	3,33	2,6	-	2,6	-

Fonte: 1980/1996 – Global Education Data Base e UNESCO (In: CASSASSUS, 2001) * 1989
1998/2005 – Relatório de Monitoramento Global UNESCO (2006 e 2008)

Os altos índices de evasão fiscal, a falta de controle mais efetivo sobre a devida aplicação dos recursos, burocracias incompetentes, e corrupção pura e simples também são fatores determinantes para agravar a situação.

Nas duas ultimas décadas houve uma acelerada política de transferência da responsabilidade pela educação, do estado para a iniciativa privada. Isso se deu tanto com a transferência de recursos financeiros a entidades privadas, como também onerando as famílias com taxas, mensalidades ou outras formas de contribuições.

Na década de 1990, diversos países latino-americanos realizaram reformas educacionais, editando novas leis gerais para a educação: Chile em 1990, Argentina em 1993, México em 1993, Bolívia em 1994, Colômbia em 1994, Brasil 1996, Paraguai em 1998

Diferente do ciclo anterior de reformas ocorrido no continente na década de 1960 e início dos anos 1970¹², as reformas dos anos 1990, num cenário mais complexo, orientam-se pela organização da gestão, busca da qualidade e equidade, adaptação à revolução técnico-científica e inserção competitiva na globalização, bem como pela redução do Estado na garantia de políticas básicas, numa perspectiva de Estado Mínimo, determinado sobretudo pelo *Consenso de Washington* (1989)

¹² As reformas anteriores foram realizadas por meio de um pacto firmado pelos Estados Unidos através da *Aliança para o Progresso* e governos militares num contexto de guerra fria, quando se buscava a expansão dos sistemas educativos, o controle ideológico e a formação de mão de obra.

Casassus aponta como marcos fundamentais nos processos de reformas de educação na América Latina os seguintes momentos históricos:

- a) A Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada na Tailândia em 1990, que criou um contexto político favorável para a educação, fortaleceu a educação básica e proporcionou maior atenção aos processos de aprendizagem.
- b) A reunião dos ministros de educação realizada em Quito em 1991, convocada pela Unesco que, a partir da avaliação de que as estratégias tradicionais que buscaram conciliar quantidade com qualidade haviam fracassado, determinou que a gestão seria o instrumento central para iniciar uma nova fase de desenvolvimento, com a abertura dos sistemas, ampliação das alianças sociais, descentralização e ênfase na qualidade.
- c) A 24ª reunião da Cepal, com os ministros da área econômica, em Santiago do Chile, em 1992. Na ocasião, considerou-se a educação como o grande instrumento capaz de operar desenvolvimento sustentável e integração social, requerendo portanto o devido investimento.
- d) Em 1993, também em Santiago, em nova reunião dos ministros de educação, definiu-se a criação dos sistemas nacionais de avaliação e a necessidade de implementação de programas de discriminação positiva.
- e) E, por fim, o Seminário Internacional sobre descentralização e currículo, de caráter mais técnico, promovido pela Unesco em 1993, também em Santiago, que debateu as diferentes modalidades de descentralização curricular e a articulação do comum e do diverso no currículo.

Casassus assinala que as definições e intercâmbios ocorridos nessas ocasiões, assim como em outros momentos também, alteraram substancialmente o pensar e o fazer educacional no continente, com um elevado grau de padronização de procedimentos no plano macro e manutenção da heterogeneidade no plano micro. As mudanças ocorreram, segundo Casassus, tanto no enfoque prioritário que a educação passou a ter, como nas questões do financiamento, da gestão, do currículo, da avaliação, ainda que com diferenças nacionais e dificuldades de operacionais nas

escolas. E conclui que *as mudanças ocorridas são importantes e serviram para mostrar a complexidade com que ocorrem as mudanças da educação. Depois de dez anos, as mudanças também foram assimiladas pela população e parecem naturais. Por isso, é interessante destacar o dinamismo do setor e recordar que tem sido o setor da educação que tem operado como ponta-de-lança da reforma do Estado*” (CASASSUS, 2001, p. 28).

Segundo Gaudêncio Frigotto (2003), as reformas neoliberais buscando formar mão de obra preparada para a atual etapa do capitalismo, vieram ao encontro dos interesses dos *homens de negócios*.

Em estudo realizado sobre tendências em curso das políticas educacionais na América Latina, Trojan (2008), ainda que relativizando a precisão avaliativa dos critérios adotados, apresenta o IDE – índice de EPT 2005, proposto pela UNESCO, e que tem como indicadores de resultado quatro fatores: educação primária universal; alfabetização de adulto; qualidade da educação (sobrevivência até a 5ª série) e eliminação das desigualdades de gênero. Nessa avaliação, a Argentina (27) é o país da América Latina melhor avaliado, e o Brasil (76) está entre os piores, à frente apenas da Colômbia (78). Cuba, que lidera outras estatísticas, não foi incluída no relatório. A UNESCO conclui que

os países que mais avançaram na universalização da educação primária foram os que mantiveram ou ampliaram os recursos para a educação em relação ao PNB – produto nacional bruto, e que “o alcance dos objetivos de Dacar dependerá do crescimento econômico e dos recursos governamentais, bem como da sua destinação à educação básica. (TROJAN, 2008, p.22).

O estudo ainda constata a redução do investimento dos organismos internacionais nos últimos e a “despriorização” da educação entre as políticas sociais, de acordo com a tabela.

BID – DISTRIBUIÇÃO DE EMPRÉSTIMOS (em milhões de dólares)				
SETOR	2007	%	1961-2007	%
DESENVOLVIMENTO SOCIAL	2.890,2	32,2	51.682,4	33,1
Investimento Social	586,2	6,5	20.448,0	13,1
Água e Saneamento	443,7	4,9	10.104,1	6,5
Desenvolvimento urbano	578,5	6,4	8.108,4	5,2
Educação	342,0	3,8	5.779,6	3,7
Saúde	300,0	3,3	3.335,7	2,1
Meio ambiente	627,7	7,0	3.398,3	2,2

Fonte: Banco Interamericano de Desenvolvimento

Já Krawczyk e Vieira assinalam que

o binômio pretendido, equidade com qualidade, comum em todos os discursos legitimadores da reforma, não se concretizou em nenhum dos países da região, e os problemas de financiamento, participação social e inclusão social continuam nas agendas de estudiosos e da sociedade. (RAWCZYK e VIEIRA ,2008, p. 135)

Uma característica importante do período foi o processo de descentralização do sistema, em que pese, em geral, a política educacional, a avaliação e as normas continuassem tendo definições centralizadas. O currículo, o financiamento e o planejamento comumente são definidos de forma compartilhada entre as três esferas de governo.

4. 1.1 NOVO MOMENTO POLÍTICO NO CONTINENTE

A virada do século traz um alento aos setores sociais mais desfavorecidos do nosso continente. Pela primeira vez na sua historia, há uma confluência crescente de governos eleitos democraticamente, que têm buscado imprimir ações combinadas e de caráter progressista.

Embalados pelos debates promovidos no âmbito do *Fórum Social Mundial*, que contribuíram para fortalecer a resistência às políticas neoliberais e disseminar experiências positivas, setores políticos identificados com os anseios populares chegam ao governo de vários países do continente.

Na sessão do Fórum Social Mundial, em 2009, em Belém, um dos momentos mais importantes do evento foi a reunião dos presidentes Lula do Brasil, Chavez da Venezuela, Evo Morales da Bolívia, Correa do Equador e Lugo do Paraguai, que no encontro fizeram pronunciamentos de compromisso com mudanças estruturais em defesa dos mais necessitados.

Mas em que medida as mudanças políticas mais gerais tem impacto na área educacional, e de forma mais concreta, na vida das pessoas?

No caso do Brasil, a nova LDB (1996) foi aprovada ainda sob a influência neoliberal, através de organismos multilaterais, incorporando avanços, mas também retrocedendo em importantes aspectos, se considerarmos o processo Constituinte.

Como exemplo pode-se citar também a aprovação da burocrática lei do PNE, em 2001, ainda durante o governo FHC.

Neste momento, vivenciamos o que pode vir a ser um dos momentos mais importantes na vida educacional do país ao longo de sua história: a realização entre 2008 e 2010 da CONAE – Conferência Nacional de Educação, que se bem sucedida, poderá dotar o país de um sistema nacional integrado, entre união, estados e municípios, além de outras questões fundamentais para a melhoria da qualidade educacional no país.

A Argentina aprovou a sua nova lei educacional, a *Ley de Educacion Nacional* nº 26.206, em 2006. Diferente do Brasil, que teve uma tramitação tortuosa e sofrida do projeto de LDB, de iniciativa parlamentar, a lei Argentina, de iniciativa do Executivo, tramitou e aprovou a lei em um mês, ainda que tenha sido debatida com amplitude na sociedade.

José Eustáquio Sene (2008) destaca o maior detalhamento da nova lei – são 145 artigos em relação aos 71 da lei anterior- juntamente com as novas preocupações *em desarrollar las competencias necesarias para el manejo de los nuevos lenguajes producidos por las tecnologias de la información y la comunicación*.

Uma outra característica desta nova lei é a retomada de um maior grau de centralismo, com o objetivo de possibilitar a intervenção do governo nacional visando superar desigualdades regionais.

Já Marcelo L. Ottoni de Castro (2007) observa que, apesar da insistência dos defensores desta lei na unificação da estrutura escolar na Argentina, a possibilidade de opção por um dos dois modelos, pelas jurisdições, acaba mantendo a fragmentação nesse aspecto, e acrescenta ainda que “a nova lei opera a separação entre a escola primária e secundária, unificadas na reforma de 1993, iniciativa que gerou muitas críticas nos últimos anos”. (CASTRO, 2007, p. 21).

Como é uma lei mais detalhista, traz em si o que no caso do Brasil ficou atribuído para o PNE, e em algumas situações chega mesmo a propor metas e prazos para a efetivação das ações.

O Uruguai aprovou sua nova Ley Educacional nº 18.437 em dezembro de 2008, em substituição à antiga lei nº 15.739 de 1985, com importantes formulações em relação aos vários conselhos e instâncias coletivas criadas, que indicam uma preocupação de gestão mais participativa e de controle social descentralizado.

Dados do IDH de 2005 apontam o Uruguai em primeiro lugar na América Latina, em matéria de alfabetização, com 97,7% da população, seguida da Argentina com 97,2% e Cuba com 96,9%.

No Paraguai o debate para a elaboração da nova lei está em curso, e mantido o rumo que o governo vem dando às políticas sociais, e no caso da educação, já com mudanças significativas em alguns programas, tudo indica que a tendência é de acompanhar aos demais países, aprovando uma nova lei coerente com o novo momento político.

Se por um lado podemos verificar que há um compasso entre a orientação política geral e as novas leis educacionais nos países do bloco, por outro, dado o retrospecto histórico, temos poucos elementos ainda para concluir que os avanços instituídos no âmbito legal trarão correspondentes melhorias na qualidade educacional e, o mais importante e difícil, na vida mesma das pessoas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar a colonização dos países que compõem o bloco do MERCOSUL, sem grandes dificuldades notam-se as diferenças do processo desenvolvido no Brasil em relação aos demais países colonizados pela Espanha. Um dos fatores mais importantes nesse sentido foi a larga utilização do trabalho escravo no Brasil, que ficou sendo assim o sustentáculo mesmo da economia nacional e com reflexos sociais presentes ainda hoje.

Com relação à independência dos países em questão, pode-se afirmar que a separação do Brasil de Portugal caracterizou-se mais como uma concessão do que como a ruptura ocorrida nos demais países em relação à Espanha. No caso do Brasil, manteve-se a unidade nacional enquanto a América espanhola, teve como resultado de sua autonomização o surgimento de vários países.

Apesar dessas diferenças, os países estudados tiveram uma origem educacional formal semelhante, se for levado em conta o trabalho dos religiosos no início da colonização e nos séculos seguintes.

Entretanto, as medidas adotadas e os investimentos realizados, especialmente no Uruguai e na Argentina, ainda no período colonial e após a independência, explicam os melhores índices obtidos por esses países no âmbito educacional.

No caso do Paraguai, as importantes conquistas obtidas logo de sua independência se perderam ante a tragédia vivida com a guerra da tríplice aliança.

A constituição do bloco do MERCOSUL responde a uma necessidade histórica de inserção e atuação conjunta, em defesa de interesses comuns, no atual contexto da globalização. Também ocorre mais interação cultural e social ao tempo que se corrigem graves assimetrias econômicas entre os países.

As reformas dos anos 1960 e 1970 ampliaram a oferta educacional no continente, mas não resolveram o problema da exclusão social. Já as reformas educacionais dos anos 1990, orientadas por organismos internacionais, e, coerentemente ao ideário neoliberal de redução do papel do estado, com a preocupação centrada na gestão, no currículo, na avaliação e na inclusão, alteraram o panorama educacional no continente em vários aspectos, seja pela padronização das políticas educacionais nos países ou pela quase universalização do acesso à educação básica sem, entretanto, alterarem as condições estruturais sócio-econômicas, gerando com isso a impossibilidade de permanência e progressão de

estudos. As reformas também atenderam aos interesses privatistas dos setores empresariais e da Reforma de Estado – descentralização e municipalização.

Com a eleição de governos com programas antineoliberais, ocorreram mudanças políticas, econômicas, sociais e educacionais no continente. Novas leis educacionais foram aprovadas na Argentina e no Uruguai refletindo o momento político e promovendo mudanças em questões importantes como a ampliação do período educacional obrigatório na Argentina.

No Brasil, a LDB (1996) foi aprovada ainda no “período neoliberal” e o que pode ser considerado novo e impactante no cenário educacional, além dos programas desenvolvidos pelo MEC, é o Fundeb que amplia o atendimento a toda a educação básica e o processo das Conferências Educacionais em curso.

Em relação ao Paraguai, a lei educacional também é do período anterior, e ainda não há uma movimentação explícita no sentido de sua mudança integral. Contudo a página oficial do Ministério de Educação e Cultura registra um movimento de renovação a partir de alguns novos programas em andamento.

De qualquer forma a pergunta que fica é: em que prazo e em que medida as mudanças políticas e educacionais em curso impactarão a vida das pessoas para melhor?

REFERÊNCIAS

ARGENTINA. Ministério de Educação da Argentina. **Lei de Educação da Argentina Nº 26.206/06**. Disponível em <http://www.mcye.gov.ar>: Acesso em 25/02/2009

BONITATIBUS, Suely Grant. **Educação Comparada: conceito, evolução, métodos**. São Paulo: EPU, 1989.

BORON, Atilio. (org.) **Las reformas educativas em los países del Cono Sur: um balance crítico**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

BUENO, Eduardo. **História do Brasil**. ISBN: Porto Alegre, 2000.

BRASIL. **Lei n.º 9394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, n.º 2048, p.27833-27841, 23 dez. 1996.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Disponível em: <http://www.mec.gov.br>. Acesso em 25/02/2009

CASASSUS, Juan. A Reforma Educacional na América Latina no contexto de globalização. In **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n.114, p. 7-28, nov. 2001. Disponível em www.sbhe.org.br. Acesso em 26/06/2009.

CASTRO, Marcelo L. Ottoni de. **Brasil e Argentina: estudo comparativa das respectivas leis gerais sobre educação**. Disponível em www.senado.gov.br/conleg/textos_discussão, 2007. Acesso em 25/02/2009.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**. SP: Editora Globo S.A, 1975.

FRANCO, Maria A. Ciavatta. Estudos comparados em educação: uma discussão teórico-metodológica a partir da questão do outro. In: CIAVATTA FRANCO, M. A. (org.) **Estudos Comparados e educação na América Latina**. São Paulo: Livros do Tatu: Cortez, 1992, p.13-35.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e formação humana: ajuste neoconservador e alternativa democrática. in GENTILI, Pablo A. A. e outro. **Neoliberalismo, Qualidade total e Educação – Visões Críticas**. Editora VOZES: Petrópolis/RJ, 1995.

GALEANO, Eduardo. As Veias Abertas da América Latina. cidade: editora, ano.

GENTILI, Pablo A. A. e outro. **Neoliberalismo, Qualidade total e Educação – Visões Críticas**. Editora VOZES: Petrópolis/RJ, 1995.

LAMARRA, Norberto Fernandes; MOLLIS, Marcela; RUBIO, Sofia Dono. **La Educación Comparada em América Latina: situación y desafios para su consolidación académica**, in Revista Española de Educación Comparada, 2005.

LOPEZ, Luiz Roberto. **Historia da América Latina**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1989.

MENDES, Jéfferson. **'A guerra Suja' Argentina e A Guerra das Malvinas**, 2008. Disponível em www.webartugis.com. Acesso em 24/09/2009.

MENDONÇA, Erasto Fortes. **A regra e o jogo**. Campinas, SP: LaPPlanE FE/UNICAMP, 2000.

OEI – **Organização dos Estados Iberoamericanos para a educação**.. Disponível em: <http://www.oei.es>. Acesso em 25/02/2009.

PARAGUAI. Ministério da Educação. **Lei de Educação do Paraguai 1264/98** Disponível em <http://www.mec.gov.py>. Acesso em 18/04/2009.

POMER, Leon. **As independências na América Latina**. São Paulo: Cortez Editora, 1981.

SADER, Emir; JINKINGS, Ivana; MARTINS, Carlos Eduardo e NOBILE, Rodrigo (coords.) **Enciclopédia contemporânea da América Latina e do Caribe**. BOITEMPO EDITORIAL : SP, 2006.

SENE, José Eustáquio. **Revista electrónica de recursos en Internet sobre Geografía y Ciencias Sociales**. Barcelona: Universidad de Barcelona, nº 105 Disponível em [http:// www.ub.es/geocrit/aracne/aracne-105](http://www.ub.es/geocrit/aracne/aracne-105). acesso em 25/02/2009.

TROJAN, Rose Meri. **Políticas educacionais na américa latina: tendências em curso**. Curitiba, 2008

URUGUAY, Ministerio de Educación. **Ley de Educación**. Disponível em: <http://www.leyeducacion.mec.gub.uy> Acesso em 18/04/2009.

WIKIPEDIA. História da Argentina. Org/wiki/história. Disponível em www.wikipedia.org. Acesso em 28/08/2009.